

ACORDO DE COOPERAÇÃO
ENTRE
A REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA,
A REPUBLICA DE CABO-VERDE,
A REPUBLICA DA GUINE-BISSAU,
A REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE,
A REPUBLICA PORTUGUESA E
A REPUBLICA DEMOCRATICA DE
S.TOME E PRINCIPE
NO DOMINIO DO DESPORTO

A República Popular de Angola, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República Popular de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, adiante designadas por Partes;

Animadas pelo desejo de reforçar e consolidar as relações que já mantêm no plano desportivo e;

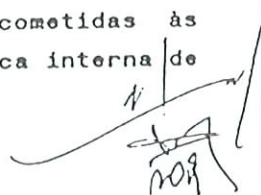
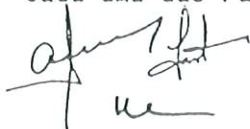
Reconhecendo a necessidade de que a cooperação nessa área obtenha estímulos adicionais que, no respeito das competências institucionalmente estabelecidas na ordem jurídica interna de cada uma das Partes, no que à cooperação se refere, possam contribuir para a promoção e o impulsionamento de acções de interesse comum,

Acordam no seguinte:

ARTIGO 10

Objecto

As Partes comprometem-se a promover e a desenvolver a cooperação no domínio do Desporto, no âmbito do disposto nas normas do presente Acordo e sem prejuízo das competências cometidas às instituições que, em conformidade com a ordem jurídica interna de cada uma das Partes, tenham a seu cargo a cooperação.



ARTIGO 2º

Nível e Finalidade

Os membros do Governo que nos respectivos países tutelam o Desporto, adiante designados por membros responsáveis, instituem uma Conferência com a finalidade de regularmente debater questões de interesse comum e promover acções atinentes à cooperação no domínio do Desporto.

ARTIGO 3º

Processamento e Regularidade

1. As reuniões da Conferência terão lugar rotativamente em cada um dos países membros com periodicidade bi-anual a partir da segunda reunião da Conferência a realizar no próximo ano.

2. Poderão ser realizadas reuniões extraordinárias sempre que os Países membros o julgarem necessário.

ARTIGO 4º

Presidência

A presidência da Conferência é assegurada pelo país organizador de cada reunião e compete-lhe promover, até à presidência subsequente, o desenvolvimento das respectivas deliberações e recomendações.

ARTIGO 5º

Regimento

A Conferência estabelece o seu próprio regimento por unanimidade dos respectivos membros.


u
H

ARTIGO 6º

Apoio a iniciativas públicas e privadas

As Partes deverão considerar e estimular, nos termos do disposto nos artigos 10 e 20, as iniciativas tomadas por entidades públicas ou privadas que desenvolvam a cooperação mútua, especialmente as que forem promovidas por clubes, associações e federações desportivas, ou comités olímpicos nacionais.

ARTIGO 7º

Colaboração entre instituições formativas ligadas ao desporto

1. As Partes deverão considerar e estimular, nos termos do disposto nos artigos 10 e 20, a colaboração entre as universidades, escolas superiores e outras instituições científicas e formativas ligadas ou associadas ao Desporto, sempre que tal se julgar oportuno.

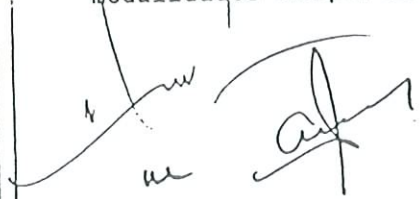
2. Com o objectivo e no respeito do estabelecido no número anterior deverá ser encorajada a troca de especialistas para o exercício de actividades de formação ou realização de conferências, colóquios, seminários, congressos e programas conjuntos de investigação.

ARTIGO 8º

Iniciativas na área da formação desportiva

Nos termos do disposto nos artigos anteriores e com a finalidade de incentivar e desenvolver a cooperação no campo da formação, as Partes deverão ter em especial consideração:

a) A troca de peritos e técnicos nas diferentes áreas e modalidades desportivas;



b) A realização de estágios junto de clubes, associações ou serviços de apoio ao Desporto, federações desportivas e comités olímpicos nacionais;

c) A promoção do intercâmbio de estudantes no domínio do Desporto.

ARTIGO 90

Troca de informações e meios de carácter desportivo

As Partes deverão favorecer, nos termos do disposto nos artigos anteriores, a troca de informações, publicações, bancos de dados, filmes e outros meios audio-visuais de carácter desportivo, bem como o intercâmbio no domínio da cobertura das competições desportivas realizadas nos diferentes países signatários do presente Acordo.

ARTIGO 100

Manifestações desportivas

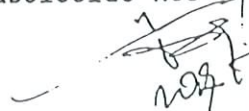
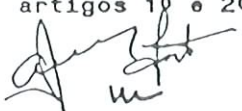
1. No respeito do estatuído nos artigos precedentes e com o objectivo de reforçar a solidariedade entre os povos dos Estados que integram o presente Acordo, serão fomentadas manifestações desportivas a nível de clubes e selecções.

2. São institucionalizados os Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa, com periodicidade a fixar pela Conferência de Ministros.

ARTIGO 110

Financiamento

O financiamento das actividades incluídas no presente Acordo será feito pelas Partes signatárias em conformidade com os critérios e orientações adoptadas, no respeito do estabelecido nos artigos 10 e 20, pela Conferência.



ARTIGO 12º
Validade e Revisão

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação do cumprimento das formalidades exigidas pela ordem jurídica interna de cada uma das Partes e será válido por um período indeterminado, podendo ser denunciado por qualquer das Partes mediante comunicação escrita às outras Partes com uma antecedência mínima de noventa dias.

2. Poderão ser introduzidas alterações ao presente Acordo, desde que aprovadas por todos os membros e observadas as formalidades exigidas para a entrada em vigor.

ARTIGO 13º
Adesão

1. A conferência com base em relações de solidariedade histórica, linguística e cultural, estabelecerá os modos de adesão de outros países e povos.

2. A adesão será formalizada perante a Conferência, entrando em vigor mediante o cumprimento das formalidades previstas no número 1 do Artigo 12º, com as devidas adaptações caso a caso.

Feito em Lisboa, aos 20 de Janeiro de 1990, em seis exemplares de língua portuguesa, fazendo todos igualmente fé.

PELA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA



José da Rocha Sardinha de Castro
Vice-Ministro para o Desporto

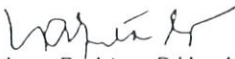
PELA REPUBLICA DE CABO-VERDE



David Hopffer Cordeiro Almada

Ministro da Informação, Cultura e Desportos

PELA REPUBLICA DA GUINE-BISSAU



Alexandre Brito Ribeiro Furtado

Secretário de Estado da Cultura e Desportos

PELA REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE



José Júlio Ferreira de Andrade

Secretário de Estado de Educação Física e Desportos

PELA REPUBLICA PORTUGUESA



Roberto Artur da Luz Carneiro

Ministro da Educação

PELA REPUBLICA DEMOCRATICA DE S.TOME E PRINCIPE

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'M' followed by a series of loops and a final flourish.

Manuel Vaz Afonso Fernandes
Ministro-Delegado do Primeiro Ministro